

VAIDADE NACIONAL OU MONOMANIA? (*).

Já tivemos oportunidade de nos ocupar de um livro recentemente publicado em Lisboa pelo Sr. Alexandre Gaspar da Naia, intitulado *D. João II e Cristóbal Colón*, fazendo uma apreciação que foi estampada às páginas 247 e 248 do número 11 desta Revista.

Nessa ocasião, assim nos manifestamos sobre o citado trabalho do Sr. Naia:

“Depois das exaustivas e escrupulosas pesquisas realizadas por Henry Harrisse (1) e Henry Vignaud (2) sobre a origem de Colombo, data e local de seu nascimento, a sua concepção geográfica e as suas viagens ao Novo Mundo, era de esperar o desaparecimento da mania de dizer que o Almirante do Mar Oceano não nasceu em Gênova, não era italiano, mormente em Portugal onde o professor Duarte Leite (3) com invejável argumentação pulverizou os pretensos fundamentos com que três historiadores (4) pretendiam sustentar ser Colombo um autêntico filho da gloriosa Lusitânia. No entanto isso não aconteceu por que o Autor da monografia que ora apreciamos, pretende provar que o verdadeiro descobridor da América era português”.

“Todos nós sabemos que Cristóvão Colombo, filho de Domênico Colombo tinha na Espanha o nome de Cristóbal Colón. Pois para o Autor, Cristóvão Colombo, filho de Domênico Colombo e Suzana Fontanarossa, nascido em Gênova entre 26 de agosto e 31 de outubro de 1451, é uma personagem sem o mínimo relêvo, um mero tecelão de lã, que nada tem que ver com Cristóbal Colón, infante de Portugal que em 1492 redescobriu o Novo Mundo, pois que anteriormente a essa data, em companhia do cosmógrafo José Vizinho, visitou terras da América, principalmente as Antilhas”.

“Diz o Autor que uma neta de João Gonçalves Zarco, capitão donatário do Funchal, teve relações amorosas

(*) . — As provas do artigo anterior foram enviadas ao Prof. T. O. Marcondes de Souza que, em resposta, nos enviou o presente trabalho (*E. Simões de Paula*).

- (1) . — *Christophe Colomb, son origine, sa vie, ses voyages, sa famille et ses descendants*, Paris, 1884.
- (2) . — *Études critiques sur la vie de Colomb avant ses decouvertes*, Paris, 1905.
- (3) . — *Coisas de vária história*, Lisboa, 1941.
- (4) . — Patrocínio Ribeiro em 1921, G. L. Santos Ferreira em 1927 e Manuel Pestana Júnior em 1928.

com o infante D. Fernando, filho do rei D. Duarte e irmão do rei D. Afonso V, de que resultou ficar grávida. Os pais uma vez sabedores disso, trataram de afabar o escândalo, enviando a moça para Gênova onde deu à luz um menino que recebeu o nome de Salvador Gonçalves Zarco”.

“Mais tarde, para esconder a sua verdadeira personalidade e a grave falta de sua mãe, passou a adotar o nome de Cristóbal Colón. Disfarçado com este nome, Salvador Gonçalves Zarco passou a ser um valioso instrumento de D. João II na política portuguesa de expansão ultramarina. Em resumo, é o que diz o Sr. Alexandre Gaspar da Naia no seu referido livro.

“O Autor não cita, porém, um único documento, comprobatório das suas arriscadas asserções, mas apenas recorre a uma série de extravagantes conjecturas, boa parte delas simples repetição do que escreveram os citados historiadores portugueses cujos trabalhos, como já referimos, sofreram demolidora crítica do professor Duarte Leite”.

“Diante do exposto, qualificamos a tese do Autor como material de pura propaganda nacionalista, destituída de qualquer valor crítico”.

Ora essa nossa severa apreciação do livro do Sr. Naia, não o agradou e, daí, a razão de ser dos seus ataques ao nosso pequeno, mas honesto trabalho, publicado no número 11 desta *Revista* sob o título: *A Grande Capacidade Náutica de Colombo*.

Vejamos, pois, a consistência dos argumentos do Sr. Naia ao tentar criticar o nosso modesto estudo sôbre um dos grandes predicados do verdadeiro Colombo.

Logo de início, referindo-se a nossa pessoa, o Sr. Naia diz textualmente o seguinte: — “E’ que este professor perfilha as opiniões de Nunn e com elas julga poder firmar os conceitos negativistas que tem vindo formulando contra as prioridades atlânticas dos navegantes portugueses do século XV”. Que contestamos tais prioridades, isso é a pura verdade, mas não baseando-nos apenas no trabalho de George E. Nunn (5), de vez que há bastante tempo vimos combatendo sistematicamente a megalomania de um grupo de historiadores lusos, para isso recorrendo aos ensinamentos de historiadores de fama mundial como Humboldt, Navarrete, D’Avezac, Peschal, Sophus Ruge, Gustavo Uzielli, Henry Harris, Henry Vignaud, Varnhagen, Konrad Kretschmer, J. A. Williamson, E. L. Stevenson, E. C. Ravenstein, H. P. Biggar, Nordenskiöld, Markham, Samuel E. Morison, William B. Greenlee, Alberto Magnaghi e outros, inclusive os professores portugueses Duarte Leite e Damião Peres que, a única prioridade que admitem aos

(5). — *Geographical Conceptions of Columbus*, New York, 1924.

nautas portugueses em se tratando de descobrimentos marítimos no Novo Mundo, é a de Cabral quando em 1500, indo para a Índia, encontrou casualmente o Brasil.

Em seguida, após afirmar que os navegantes portugueses do tempo do infante D. Henrique iam até o Mar de Sargaço, o Sr. Naia esclarece que os navios que iam à Guiné só podiam regressar a Portugal descrevendo uma larga curva pelo Atlântico, a mesma curva descrita pelas naus da carreira da Índia, a qual passava pelos Açores e era designada por “volta do Sargaço”.

Com que objetivo o Sr. Naia faz tal afirmativa? Naturalmente para tentar provar que, nessas viagens de retôrno da Guiné a Portugal, os nautas portugueses descobriram terras da América, inclusive as Antilhas, numa época muito anterior ao brilhante feito do Almirante do Mar Oceano.

Não entendemos de navegação e, portanto, não estamos habilitados a dar cabal resposta ao Sr. Naia que é capitão da marinha mercante portugêsa. Mas em Portugal os intellectuais e os officiais da marinha, principalmente os da marinha de guerra, conhecem dos méritos de Quirino da Fonseca, membro da Academia das Ciências de Lisboa e capitão de mar e guerra da gloriosa armada portugêsa. Ora, êste ilustre marinheiro contesta de modo claro, positivo, convincente, a afirmativa do Sr. Naia sôbre o modo como regressavam ao Reino os navios que iam à Guiné. Ouçámo-lo, pois.

Diz Quirino da Fonseca:

“Considerações diversas que se analisam aqui, antes nos levam a crer que, à volta da costa ocidental de Africa, a navegação em arco, pelo largo, cêrca de 1000 milhas para Ocidente, a transitar pelos mares dos Sargaços e dos Açores (demorando estas ilhas quase a lestoeste do Cabo de São Vicente e a uma distância de 960 milhas ainda a vencer pelas exíguas caravelas) *seria uma viagem atribulada, um sacrificio inútil, só talvez para que imaginosamente pudéssemos agora atribuir-lhes aquellas derrotas maravilhosas, conquanto regeitadas sem dúvida, pelos marinheiros experientes de então*”.

“Não tiremos à pequena caravela dos descobrimentos, com o seu memorável velame exclusivamente latino, a magnífica glória que lhe cabe, na melhor realização da arte de bolina, mas não lhe destinemos outras glórias, a que inútilmente a não sugeitariam, os marinheiros do Infante”.

“Logo depois de 1419-1420, quando João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira encontraram ou redescobriram a ilha de Pôrto Santo, e seguidamente, a Madeira, começando estas ilhas a ser povoadas, as caravelas dos descobrimentos, *quer à ida, quer à volta, faziam escalas por*

elas, onde também os barcos seriam providos de refrescos e aguada”.

“Azurara, descrevendo a viagem das caravelas de Fernão Vilarinho, João Bernardes e Lourenço d’Elvas, em 1445 ou 1446, diz: — “as quais, por ordenança do Infante, se foram à Ilha da Madeira, por ahí receberem suas bitalhas” — e mais adiante renova esta informação: — “E já era cousa acostumada a todolos os navios que o Infante mandava quando partiam destes Reinos, irem primeiramente à Ilha da Madeira, para receberem suas bitalhas (*Crônica dos Descobrimentos e Conquista da Guiné*, Paris, 1841, capítulo 88 e 89)”.

“Por isso, essas derrotas se faziam mais para oeste do que poderiam bolinar as caravelas, especialmente à volta. Ainda neste caso, a viagem da Madeira para o Algarve, com ventos predominantes de nornoroeste, seria facilima de vencer por um latino, sem necessidade de bordejar ou navegar em zigue-zagues”.

“Inconcebível deve julgar-se que, em circunstâncias normais de tempo, êsses barcos, partindo da Ilha da Madeira, que era escala habitual, *necessitassem de ir até os mares dos Açores*, numa derrota de 500 milhas com vento nornordeste, pouco mais favorável do que na viagem direta para o Algarve (quando não contrária de nornoroeste, como se vê na carta junta) e tendo ainda a percorrer 960 milhas, até ao pôrto do destino”.

“Notaremos que a navegação pelo mar dos Açores, quando não, se torne indispensável, também não pode considerar-se uma descuidada excursão veleira como a natural benignidade das ilhas faria crer”.

“Num roteiro espanhol, que temos agora presente, repetindo aliás o que pode encontrar-se em qualquer outro, lemos: “Hay pocos archipélagos tan expuestos como el de los Azores, a repentinos temporales, rachas y cambios de tiempo”.

“E nas circunstâncias em que êste seja tempestuoso naquelas paragens, os barcos de vela não podem fugir-lhe para leste, nem para oeste, mas antes para o norte ou para o sul, conforme a rotação do vento, mais complicando a sua derrota; porque se navegassem para leste, os acompanharia o temporal que os alcançava com o seu centro, e se navegassem para oeste, se aproximariam do centro da tormenta” (6).

Depois de citar as viagens de caravelistas portugueses e dos italianos Ca’da Mosto e Antônio da Noli, todos do tempo do infante D. Henrique, que confirmam a sua valiosa opinião em se tratando da rota seguida pelos navios que da Guiné regressavam a Portugal, diz textualmente Quirino da Fonseca:

“No regresso da costa ocidental de África, *não se cuidava, porém, de pesquisar o oceano, nem mesmo até às al-*

(6). — Quirino da Fonseca, *A Caravela Portuguesa*, Coimbra, 1934, páginas 221 a 224.

turas dos Açores, e no decurso dessas viagens de retôrno, também não havia necessidade de alargar as derrotas até lá, salvo em circunstâncias especiais” (7).

À vista da argumentação tão brilhante que acabamos de ver da autoria de Quirino da Fonseca, quer nos parecer que nada mais se deve acrescentar para provar que o Sr. Naia elabora em grave êrro quando diz que, no tempo do infante D. Henrique, os navios de vela que iam à Guiné, regressavam a Portugal descrevendo uma larga curva pelo Atlântico Norte passando pelo Mar de Sargaço e dos Açores. Seja aqui posto em relêvo que Quirino da Fonseca no caso em aprêço é insuspeito, uma vez que como já dissemos é português e mereceu do acatado mestre em náutica, Almirante Gago Coutinho, êste conceito: — “...eu não ignorava a sua experiência do mar, talvez maior que a minha...” (8).

Continuando, diz textualmente o Sr. Naia:

“Vejamos, porém, como, com o arrazoado a seguir transcrito, o senhor George Nunn faz naufragar as *Geographical Conceptions of Columbus* por êle inventadas”.

Logo a seguir, cita um tópicó que se encontra às páginas 36 e 37 do referido livro de Nunn e que foi por nós traduzido para o português e publicado no número 14 desta *Revista*, página 463 e que diz:

“A travessia do Atlântico tinha sido reconhecida, desde tempos remotos, como dependendo dos ventos. Sêneca disse em seu livro *Questões Naturais*, que um navio pode vencer em poucos dias, com vento favorável, a distância entre a costa da Espanha e da Índia. Isto é citado por Fernando Colombo como uma das opiniões dos homens letrados que influenciaram seu pai na concretização de seu plano, e mostra que Colombo deu pormenorizada atenção a êsse aspecto do problema. Sem tais ventos favoráveis seria duvidoso encontrar uma tripulação bastante corajosa para enfrentar a viagem. Um estudo mostrará que, ao norte dos Açores, *prevalécia* uma corrente de ventos de oeste e correntes marítimas tornando impossível a travessia nas condições referidas por Sêneca”.

Vamos agora apreciar o “naufrágio” a que se refere o Sr. Naia. Comentando tal passagem do livro de Nunn, diz textualmente o pretensó “torpeador” do magnífico trabalho dêste historiador e geógrafo norte-americano:

(7). — Obra citada, página 228.

(8). — *Apud* Damião Peres, *História dos Descobrimentos Portugueses*, Pôrto, 1943, página 123.

“Ora estas considerações do senhor George Nunn só podem ser acreditadas por quem ignore que os navios de vela também vão à América pelo norte dos Açores. Jamais os nossos bacalhoeiros (navios de armação latina e redonda) seguiram outra rota, *que só não é viável de setembro a abril*. Essa rota é praticada desde o tempo de Gaspar Côrte Real (9) e, nos meses de verão, por nenhuma outra se pode chegar à Terra Nova ou a qualquer regiões limitrofes, em menos tempo”.

Muito bem. Então é o próprio pretensio “torpedeador” da obra de Nunn, o Sr. Naia, quem confessa que durante um grande espaço de tempo, *que durante os meses de setembro a abril, portanto durante oito meses, dos doze que tem o ano*, a navegação em direção a oeste pelo norte dos Açores é impraticável para navios de vela. E não é isso justamente o que se depreende do citado trecho de Nunn? Devemos notar que êste historiador e geógrafo *ianque* em absoluto não diz que ao norte dos Açores existiam uma corrente marítima e ventos de oeste que eram *contínuos, permanentes, ininterruptos*, impedindo assim durante todo o ano a navegação rumo ao oeste pelo norte do citado arquipélago. Nunn empregou o verbo *pervail* (“...was a belt of *prevailing* west winds and currents...”) que significa *prevalecer, preponderar, predominar*, do que se conclui a existência de um pequeno espaço de tempo, os *três meses do verão* a que se refere o Sr. Naia, em que a navegação para o rumo em discussão é possível. De modo que não houve nenhum “naufrágio” a não ser na sua fértil imaginação.

A ignorância que então tinham os nautas portugueses da época dos descobrimentos sôbre o regime de ventos e correntes marítimas principalmente no Atlântico Norte, pois como acabamos de ver, só durante um curto espaço de tempo, só durante o verão, é possível a navegação a vela rumo oeste partindo dos Açores, foi a causa das fracassadas tentativas dos açoreanos em procurar ilhas ao ocidente de seu arquipélago.

Prosseguindo, diz o Sr. Naia que

“Cristóbal Colón, que não era o Cristóforo Colombo genovês e “lanério”, fêz uma ou mais viagens à Guiné. Ele era “piloto português” da geração de Pero de Alenquer, Duarte Pacheco Pereira, Bartolomeu Dias e tantos outros, e, como qualquer destes, sabia que o Atlântico era navegável até aos seus confins mais remotos. O óbice estava em saber por onde ir e voltar, mas Cristóbal Colón demandou, em navios castelhanos, umas ilhas que nosso D. João II sabia situadas ao sul do paralelo mais

(9). — Gaspar Côrte Real só muito depois da primeira viagem de Colombo e dos Cabotos, é que atingiu a Terra Nova em 1500, ano êste em que já se sabia alguma coisa sôbre os ventos e correntes marítimas no Atlântico Norte.

austral das Canárias e a que, em Portugal, se deu, desde logo, o nome de *Antilhas* e não *Índias*".

Em seguida a esta passagem, entra o Sr. Naia em esclarecimentos que julgamos confusos sobre a ilha *Antilla*, *Antilha* ou *Antília*; diz como nós que Martin Behaim representou no seu globo feito em 1492 em Nuremberg os conhecimentos geográficos dos portugueses com muita exatidão, concluindo por afirmar que a ilha *Antília* era de há muito conhecida dos nautas portugueses, tanto assim que o seu Cristóbal Colón a encontrou com a máxima facilidade em 1492, de vez que anteriormente a esta data estivera em tal paragem. O Sr. Naia não indica um só documento comprobatório dessa sua extravagante afirmativa porque pela praxe por êle adotada em todos os seus trabalhos que é *sui generis*, fica tudo subordinado à sua hiperbólica imaginação. Mas com êste reparo, em absoluto não queremos encontrar um pretexto para fugir à discussão. Vamos a ela.

Todos os que estudam a cartografia americana vetustíssima sabem perfeitamente que nos mapas dos séculos XIV e XV, quase todos desenhados por cartógrafos italianos, estão assinaladas a torto e a direito, principalmente no Atlântico Norte, inúmeras ilhas imaginárias cujas legendas lhes indicam a origem fabulosa. As mais persistentes dessas ilhas eram a *Antília* ou *Antilha*, também denominada *Sete Cidades*, e a de *São Brandão*, que figuram no globo de Behaim. Neste globo, junto a ilha *Antilha* ou *Sete Cidades*, existe uma legenda cuja tradução é a seguinte:

"Quando se contavam 734 anos depois do nascimento de Jesus Cristo e quando toda a Espanha foi conquistada pelos infiéis da África, foi habitar a ilha *Antília* ou *Sete Cidades*, acima desenhada, um arcebispo do Pôrto e mais seis outros bispos e outros cristãos, homens e mulheres, que tinham fugido da Espanha com todos os seus haveres e animais domésticos".

A inscrição junto a ilha de *São Brandão* diz:

"No ano de 565 depois do nascimento de Jesus Cristo chegou *São Brandão* com o seu navio até esta ilha, onde viu muitas coisas maravilhosas, voltando para a sua terra só sete anos depois".

O Sr. Naia não tem o menor escrúpulo e quer se servir do referido globo para tentar provar que Behaim assinalando nele a *Antília* ou *Sete Cidades*, assim procedeu por ter pleno conhecimento, absoluta certeza da descoberta dessa ilha pelos portugueses ou melhor, pelo infante português Cristóbal Colón, em data anterior a primeira viagem do genovês Cristóvão Colombo. Mas

como acabamos de ver, a legenda que se encontra logo abaixo dessa ilha, contraria formalmente a fantasiosa opinião do Sr. Naia. Acresce ainda esta circunstância: no globo referido, no Atlântico Norte, as ilhas afastadas das costas americanas, já descobertas, figuram com os respectivos nomes e com as bandeiras dos países a que pertenciam, ao passo que aquelas cuja existência não foi verificada, como *Antília* e *São Brandão*, estão sem bandeira e, como já evidenciamos, trazem legendas que claramente indicam que na opinião de Behaim eram elas imaginárias. Como sabemos, o nome da ilha fictícia *Antília* foi aplicado ao grupo de ilhas descobertas por Cristóvão Colombo. Mas isso evidentemente originou-se de uma idéia comemorativa e quiçá poética, não porém devido à identificação das ilhas descobertas pelo grande Genovês com a da lenda, uma vez que não foi encontrada a população cristã a que se refere a legenda do globo do cosmógrafo medieval.

Devemos nos recordar que a redescoberta pelos portugueses das 7 principais ilhas dos Açores levou 7 anos (1432-1439), e as duas mais ocidentais (Flores e Corvo) mais 13 anos (1439-1452), ao todo 20 anos. Isso ocorreu porque na época do infante D. Henrique e mesmo na de D. João II, era temeridade notabilíssima aventurar-se alguém ao mar largo até os Açores. Apesar disso, acham plausível que, depois do redescobrimento da ilha Santa Maria em 1432, houvesse quem fôsse além, até as verdadeiras Antilhas, voltando em tempo de ser esta redescoberta registada em mapas pré-colombianos, inclusive no de André Bianco de 1436.

Preocupado sempre em distinguir o infante português Cristóbal Colón do tecelão Cristóvão Colombo, visando sustentar a todo o transe e a cada momento que o seu herói navegou grande parte do Mar das Antilhas e do Golfo do México antes de 1492, quando "oficialmente" descobriu a América, sendo portanto um nauta de invulgar merecimento e consumado cosmógrafo, o Sr. Naia afirma de modo categórico que Cristóbal Colón foi quem aconselhou os Reis Católicos a aceitarem em Tordesilhas que a linha imaginária de demarcação passasse a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde. Esta afirmativa do Sr. Naia, como vamos ver, é o que pode haver de mais absurdo.

Os Reis Católicos na carta que dirigiram a 5 de setembro de 1493 a Colombo, lhe atribuem a paternidade da fixação do meridiano estabelecido pelo papa Alexandre VI a 4 de maio desse mesmo ano e referem-se a "*la raya que vós dijistes que debia venir en la bula del Papa*" (10).

Como sabemos, a bula em apreço estabelecia que o limite começava a 100 léguas ao oeste dos Açores e das ilhas de Cabo

(10). — Navarrete, *Collección de los viajes*, etc., volume II, página 124. Apud Damião Peres, obra citada, página 287.

Verde. Colombo por ocasião da posse de um morgado de nome Mayorazzo, em 22 de fevereiro de 1498, disse que a linha de demarcação passava *sobre las islas de Cabo Verde y aquellas de los Azores*, “cien leguas” (11). Oito anos depois, na véspera da sua morte, no codicilo de 19 de maio de 1506, tendo ocasião de se referir à extensão de seus domínios, declarou: *Mi parte de las Indias, islas e tierra firme, que son al Poniente de una raya que* (S. S. A. A.) *mandaron marcar sobre las Islas de los Azores y aquellas del Cabo Verde, “cien leguas”, la cual pasa de Polo à Polo* (12).

Então o que fica provado documentalmente é o contrário do que afirma o Sr. Naia. Colombo nunca podia aconselhar Fernando e Isabel a aceitarem a proposta que condicionava a passagem da linha de demarcação a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, porque isso contrariava os seus interesses. Há uma única hipótese de estarmos errados em nossos argumentos, aquela de terem existido na côrte dos Reis Católicos dois descobridores do Novo Mundo: o infante português Cristóbal Colón e o genovês Cristóvão Colombo, filho de Domênico Colombo e Suzana Fontanarossa.

Terminando a sua crítica ao nosso modesto trabalho, publicado no número 14 desta *Revista*, o Sr. Naia desmerece os navegantes espanhóis, ridiculariza Vespucci e refere-se com desdém aos historiadores que, refestelados nas suas poltronas, escrevem coisas que não são de seu agrado em se tratando da história dos descobrimentos marítimos.

Como a carapuça é para a nossa cabeça, repetimos aqui aquê le oportuno conceito do professor Alberto Magnaghi sôbre os historiadores portugueses que se deixam conduzir pela excessiva vaidade nacional:

“No delírio de exaltar as glórias nacionais denegando e procurando anular propositadamente tudo que foi realizado por outros povos, chegam a dizer mentiras e tolices de tal modo grotescas que fazendo-se um confrônto, o Barão de Münchhausen é um modelo de moderação e de virtude” (13).

THOMAZ OSCAR MARCONDES DE SOUZA

Da Sociedade de Estudos Históricos e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

-
- (11). — Navarrete, obra citada, volume II, documento CXXVI, página 226. *Apud* Henry Harrisse, *The Discovery of North America*, Londres, 1892, página 56.
(12). — Navarrete, obra citada, volume II, documento CLVIII, página 213. *Apud* Henry Harrisse, obra citada, página 56.
(13). — *Revista Geográfica Italiana*, Florença, fascículo III-IV, maio-agosto de 1936, página 79.